

A SOCIEDADE EM EVOLUÇÃO

JOSÉ FRANKLIN DE SOUSA

Graduado e Pós-Graduado pela PUC-SP em Direito
Processual Civil e Direito do Consumidor.

O autor é advogado em São Paulo e Fortaleza. Graduado e pós-graduado pela PUC-SP. Especialista em Direito Processual Civil e Direito do Consumidor. Publicou as seguintes obras, todas pela Editora J. H. Mizuno: Elementos da Ação Cautelar, Responsabilidade Civil e Intervenção de Terceiros e Coisa Julgada.

A SOCIEDADE EM EVOLUÇÃO

O trajeto histórico da modernidade está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo nos países centrais.

Não é fácil periodizar o processo histórico desse desenvolvimento, quer porque os diferentes países (a Inglaterra, a França, a Alemanha, os Estados Unidos da América do Norte e a Suécia) não iniciaram o processo de industrialização ao mesmo tempo, quer porque, até há pouco tempo pelo menos, as condições nacionais interferiam decisivamente no processo interno de desenvolvimento de cada país. Apesar disso, é possível distinguir três grandes períodos.¹

O primeiro período cobre todo o século XIX, ainda que descrito nas duas últimas décadas como consequência da fase descendente da curva de Kondratieff que se iniciara em meados da década de setenta. É o período do capitalismo liberal.

O segundo período inicia-se no final do século XIX e atinge o seu pleno desenvolvimento no período entre as guerras e nas primeiras décadas depois da 2ª Guerra Mundial.

Seguindo a tradição alemã, que vem de Hilferding² e se renova com Offe³ e outros, 4 designo este período por período do capitalismo organizado.

O terceiro período inicia-se em geral nos finais da década de 1960, em alguns países pouco mais cedo, em outros um pouco mais tarde, e é nele que nos encontramos hoje.

Os ideais se chocam sem mediações, é possível ver neste período e com igual clareza, tanto as tendências para o afunilamento do projeto, como a sua aspiração de globalidade e de frutificação no quotidiano.

O afunilamento e, portanto, o déficit de cumprimento está presente, ainda que desigualmente, em cada um dos princípios e lógicas de racionalidade que constituem os pilares da regulação e da emancipação.

Ao nível da regulação, a ideia do desenvolvimento harmonioso entre os princípios do Estado, do mercado e da comunidade que, como tive ocasião de defender noutra lugar.⁵

O princípio do *laissez faire*. Por outro lado, a comunidade, que era em Rousseau uma comunidade

concreta de cidadãos tal como a soberania era efetivamente do povo, reduziu-se a um composto de dois elementos abstratos: a) a sociedade civil, concebida como agregação competitiva de interesses particulares, suporte da esfera pública, e b) o indivíduo, formalmente livre e igual, suporte da esfera privada e elemento constitutivo básico da sociedade civil.

Foi esse conceito empobrecido, aliás, nunca unívoco, de sociedade civil que passou a ser oposto ao Estado, dando assim origem ao que se considera ser o maior dualismo do pensamento político moderno, o dualismo Estado-sociedade civil. O modo como foi formulado no século XIX este dualismo e a sua articulação com o princípio do *laissez faire* explica a ambiguidade da forma política e da atuação do Estado neste período.⁶

Dada a natureza particularística dos interesses na sociedade civil, o princípio do *laissez faire* não pode ser igualmente válido para todos e, portanto, uma dada intervenção do Estado pode ser objeto de interpretações opostas, igualmente consistentes.

Por exemplo, a legislação inglesa sobre as sociedades comerciais de 1825 a 1865 foi vista por uns como um bom exemplo de *laissez faire*, na

medida em que eliminava as restrições à mobilidade do capital, e foi vista por outros como uma clara violação do *laissez faire*, uma vez que concedia às sociedades comerciais privilégios que recusava aos indivíduos.⁷

O século XIX assistiu a um enorme crescimento não só da legislação do Estado como também das estruturas administrativas do Estado, e toda esta expansão institucional foi, em grande medida, levada a cabo para dar cumprimento ao princípio do *laissez faire*.

Como notava Dicey em 1905, ‘os adeptos sinceros no princípio do *laissez faire* chegaram à conclusão de que, para atingir os seus objetivos, o aumento e o fortalecimento dos mecanismos governamentais eram uma necessidade absoluta’.⁸

Em paralelo com uma certa descentralização das práticas de classe e das políticas de distribuição de recursos em que se tinham cristalizado (de que é máximo exemplo o Estado-Providência) surgem novas práticas de mobilização social, os novos movimentos sociais orientados para reivindicações pós-materialistas (a ecologia, o antinuclear, o pacifismo).

Ao mesmo tempo, a descoberta feita nos dois períodos anteriores de que o capitalismo produz classes é agora complementada pela descoberta de que também produz a diferença sexual e a diferença racial (daí o sexismo e os movimentos feministas, daí também o racismo e os movimentos antirracistas).

Como diz Habermas, as políticas de distribuição cedem lugar às políticas sobre as gramáticas das formas de vida.⁹

A hegemonia da racionalidade irracional faz com que ela transborde de sentido para os diferentes princípios do pilar da regulação e o modo como o faz pode ser simbolizado pela ideia da modernização.

Essa ideia é mais concentracionária e exclusivista que a ideia de modernismo porque, para dar apenas um exemplo de uma área em que foi muito popular, elimina o valor de autonomia dos processos sociais e políticos nacionais no mundo não desenvolvido e subjugam-os aos interesses dos países centrais sob o pretexto de não haver outro modelo de desenvolvimento senão o que estes seguiram, ocultando o fato decisivo de que quando este modelo foi seguido nos países centrais não havia que contar com os interesses hegemônicos de países mais desenvolvidos do que eles.

Ao mesmo tempo, são evidentes os sinais do que noutro lugar chamei o paradigma emergente da ciência pós-moderna.¹⁰

A regulamentação jurídica da vida social alimenta-se de si própria (uma regulação dando sempre origem a outra) ao mesmo tempo que o cidadão, esmagado por um conhecimento jurídico especializado e hermético e pela sobrejuridificação da sua vida, parece poder dispensar o bom senso ou o senso comum com que a burguesia no século XVIII demonstrou à aristocracia que também sabia pensar.

A modernidade confinou-nos numa ética individualista, uma microética que nos impede de pedir, ou sequer pensar, responsabilidades por acontecimentos globais, como a catástrofe nuclear ou ecológica, em que todos, mas ninguém individualizadamente parece poder ser responsabilizado.¹¹

O capitalismo não pode ser criticado por ser repressivo, alienante e unidimensional em contraste com os seus princípios fundamentais porque, ao contrário, o capitalismo realizou precisamente o que se esperava dele, ou seja, reprimir a variedade humana e produzir uma personalidade humana

menos multifacetada, menos imprevisível e mais unidimensional.¹²

Os elencos mais restritos e mais organizados tão pouco nos convencem. Por exemplo, o de Scott Lash e John Urry,¹³ em que se inclui o seguinte: contra a unicidade e pela reprodução mecânica ou mesmo eletrônica; contra os dualismos hierárquicos como o da separação, feita pelo alto modernismo, entre o estético e o social; pelo pastiche, a colagem e a alegoria; pela cultura de distração contra a cultura de contemplação; pelo impacto contra a coerência; pela cultura popular.

Não surpreende que tão desequilibrado pássaro tenha encajado nos montes mais elevados da nossa reflexividade. O efeito mais evidente desse desastre é a situação epistemológica em que nos encontramos e que se pode sumariar no seguinte: a ignorância é cada vez menos desculpável e algum conhecimento é cada vez mais intolerável (penso, por exemplo, na biotecnologia e na engenharia genética).

O modo pós-moderno de sair desta situação consiste no que, noutro lugar, designei por dupla ruptura epistemológica. No entanto, retira dessa verificação ilações diferentes das minhas. Sousa Ribeiro apresenta nesse texto uma das melhores

discussões sobre a problemática da distinção moderno/pós-moderno que eu conheço.

O que nos separa são as conclusões a que chegamos: para Sousa Ribeiro, tudo o que há de autêntico no pós-moderno está já contido no moderno; para mim, é quase o contrário.¹⁴

O que nos separa são as conclusões a que chegamos: para Sousa Ribeiro,¹⁵ tudo o que há de autêntico no pós-moderno está já contido no moderno; para mim, é quase o contrário. A condição pós-moderna abre espaço para 'o aprendizado humilde, que já tarda, da convivência difícil, mas fundamental com o imponderável o incompreensível, o inefável, depois de séculos da fé brutal de que tudo pode ser reconhecido, conquistado, controlado'.¹⁶

O sociólogo americano Daniel Bell propõe um esquema comparativo entre as sociedades pré-industrial, industrial e pós-industrial (pós-moderna). Essa última se alicerça na economia terciária, serviços, saúde, consumo, educação, comunicação, onde a informação e a manipulação do conhecimento assumem papel vital para o desenvolvimento técnico e científico, impondo novas bases para o capitalismo internacional.¹⁷

Além da velocidade imprimida ao processo de descobertas científicas e tecnológicas, existe outra diferença fundamental entre a ciência moderna e a pós-moderna. Essa última não se supõe dona da verdade e legitimadora do saber, não crê nos meta relatos. Assim, outros elementos são introduzidos como legitimadores dessa deslegitimação: são os jogos de linguagem, caracterizados pela heterogeneidade, e dissenso.

O saber pós-moderno não é somente o instrumento dos poderes...! Ele mesmo não encontra sua razão de ser na homologia dos *experts*, mas na paralogia dos inventores. ¹⁸

Num país como o Brasil, em que o computador convive com a enxada, em que tanto se fala em modernização da economia e da sociedade, existiria o pós-moderno? Como repensar, no Brasil, um conceito que teve origem nos países do Primeiro Mundo? Seria possível combinar pós-modernidade e pobreza? ¹⁹

Em alguns países do Terceiro Mundo, assistimos igualmente à superposição de uma subjetividade medieval (relação de submissão ao clã, alienação total das mulheres e das crianças etc.) e de uma subjetividade pós-industrial. ²⁰

Na idade pós-industrial e pós-moderna, a ciência conservará e sem dúvida reforçará ainda mais

sua importância na disputa das capacidades produtivas dos Estados-nações. Essa situação constitui mesmo uma das razões que faz pensar que o afastamento em relação aos países em vias de desenvolvimento não cessará de alargar-se no futuro.

21

Se considerarmos agora a aceleração geral da informatização e do comando maquínico, sinônimo de um crescimento considerável da produtividade, é preciso admitir que, também neste ponto, nada nos autoriza a pensar que as evoluções conduzirão necessariamente a um progresso social.²²

Testemunhas da pós-modernidade são o DVD, o CD, o MP3, a clonagem, o implante de órgão, próteses e órgãos artificiais engendram uma geração de seres em estados artificiais que colocam em xeque a originalidade ou naturalidade do humano.²³

As invenções tecnológicas decodificadas como o computador, o relógio digital, o telefone celular, as secretarias eletrônicas, o vídeo, os satélites, as Nets redes (sistema [http//](#) e [www](#)), os códigos de barras, 'os cartões magnéticos multicoloridos que alimentam sonhos da era digital.²⁴

Em conjunto com as mudanças da pós-modernidade, torna-se indispensável uma educação pós-moderna crítica, que ao

valorizar as competências sociais e políticas de outros espaços educativos, contribua para que os indivíduos possam configurar suas vidas de forma diferenciada e autônoma, no lugar de ações rígidas, padronizadoras e geradoras de heteronomia. Nesse contexto de complexidades e contradições, é necessário que haja instituições que facultem a produção de argumentos e o confronto articulado de posições e de proposições de futuros alternativos para a vida em sociedade.²⁵

Neopositivismo, ou positivismo lógico, constitui um movimento filosófico definido na sua origem pelo Círculo de Viena presente na filosofia, na ciência, em instituições políticas e econômicas etc. Retoma elementos do positivismo de Augusto Comte enquanto expressão ideal do ser social burguês baseada na linguagem matemática e na quantificação da vida social; do método experimental e do empirismo lógico, tendo como critério o caráter de verdade baseado nas consequências e nas necessidades.

Questiona a metafísica e a verificação das coisas está em seu conceito, cujo objetivo é encobrir o conflito entre as classes. Lukács²⁶ reconheceu no Neopositivismo uma ontologia oculta, cuja base está na experiência e nas sensações, sendo que o critério privilegiado é a utilidade. O Neopositivismo suspende

o ontológico e exclui da ciência questões relativas à concepção de mundo.

A ideologia neoconservadora tende a penetrar nas instituições de maneira a controlar mediante a racionalidade tecnocrática e sistêmica, objetivando fomentar cadeias de produtividade, competitividade e de lucro, tornando o profissional mero executor de trabalhos repetitivos e burocratizados, pragmáticos e heterogêneos, não favorecendo intervenções críticas e posicionamentos ético-políticos.²⁷

Diretriz filosófica que permite escolher variadas doutrinas de filósofos e aproximar-se de teses sem preocupar-se com a coerência dos ideais dessas teses entre si e de sua conectividade com suas bases originárias.²⁸

Os projetos societários têm duas características básicas, ser transformadores ou conservadores. O primeiro está voltado para transformar a sociedade e tem princípios e valores que se aliam ao projeto ético-político do Serviço Social: por sua capacidade tanto de manter determinado contexto social ou por revolucioná-lo completamente.²⁹

Essa qualidade de constante transformação é o que dá uma identidade singular aos projetos societários. Aos conservadores a regra é manter estática e a mera organização social.

No artigo ‘A construção do projeto ético-político do Serviço Social’, Netto ³⁰ define o novo projeto profissional da seguinte maneira: ela carrega uma imagem singular, permeada de valores que norteiam as diretrizes a serem seguida no exercício da prática profissional, dá a base para a construção de referências teóricas e metodológicas, criando normas e leis que balizam as relações sociais, seja com o público alvo, seja com outras categorias profissionais e organismos estatais e privados. ³⁰

Estamos em tempos nefastos de reprodução sócio metabólica do capital, isto é, de estrutura totalizante de organização e controle do capital, trabalho e Estado, os quais dão espaço para a ampliação das estratégias pautadas no pensamento pós-moderno, como por exemplo, o neoconservadorismo frente à crise orgânica do capital. ³¹

Tal crise orgânica ou de hegemonia é reflexo de desestabilização política, econômica e cultural, que só poderá se reorganizar através dos intelectuais

orgânicos, assumindo progressivamente as bases do Estado, por intermédio da contra hegemonia das classes subalternas.

Segundo Mota, ³² essa crise está abrindo margem para o retorno de poderes político econômicos, patriarcais, patrimonialistas e de segregação das classes sociais, alimentada pela agenda do projeto societal burguês de cunho antidemocrático, configurando diversos retrocessos contemporâneos no âmbito de políticas públicas setoriais nas áreas de saúde, da assistência social, do trabalho, da previdência social, de educação e/ou meio ambiente.

A crise orgânica ou crise da hegemonia é caracterizada pela desestabilização da ordem política, cultural e econômica. Nessa situação, o poder do Estado se enfraquece e as classes subalternas, organizadas através de seus intelectuais, criam condições para preparar as bases da contra hegemonia e progressivamente assumir o controle do Estado. ³³

Enquanto dominação e direção, a hegemonia assegura a uma determinada classe certo poder, mas ao mesmo tempo expressa o caráter democrático. Gramsci identifica explicitamente a noção de

hegemonia à democracia como relação orgânica entre dirigentes e dirigidos. É a partir do conceito de hegemonia e da função que os intelectuais desempenham nos aparelhos de hegemonia, que, progressivamente, Gramsci amplia o seu conceito de Estado.³⁴

As transformações societárias em curso, expressão da crise capitalista e dos mecanismos associados pelas classes dominantes para o seu enfrentamento atingem frontalmente a relação entre o Estado e a sociedade, seja pela hipoteca à mediação do mercado como instância que regula a vida social (ideologia neoliberal), seja pela emergência de ideologias que justificam o apagamento dos antagonismos de classe (ideologia pós-moderna), ou ainda, pela adoção de estratégias e táticas dos governos das classes dominantes que sitiam os projetos alternativos à sociedade do capital.³⁵

A magnitude de tais desafios, diante de transformações societárias nas relações sociais, reflete em dificuldades tanto nos projetos societários, ou macroscópicos, quanto nos profissionais, ou microscópicos,³⁶ ou seja, na idealização e materialização do novo projeto profissional do Serviço Social. Tais desafios se expressam basicamente em três dimensões: no processo de produção do conhecimento, na luta pela manutenção da direção

ético-política norteada pelos marcos legais e institucionais e também nas estratégias de organização política da categoria.³⁷

É mediante a complexidade das relações sociais que tais transformações societárias são registradas de duas maneiras: primeiramente, na tentativa da desarticulação de movimentos sociais independente da atuação dos campos dos movimentos tradicionais ou dos novos movimentos sociais e também entre as categorias profissionais quanto à construção de qualquer projeto macrosocietário ou microsocietário; em segundo, pela tentativa de desacreditar as teorias que dão significado sócio-histórico aos projetos societários e ‘direção sociopolítica no processo de ruptura com o conservadorismo’ de cunho marxista que norteia hegemonicamente o projeto ético-político do Serviço Social.³⁸

A partir do reaparecimento de uma reação neoconservadora explícita ou disfarçada em sua real aparência, revelando que estes movimentos são constitutivos de tendências pós-modernas e/ou de outras perspectivas teóricas que solapam a negação no entendimento de processos históricos numa dimensão de totalidade e anulam qualquer antagonismo da luta de classes sociais, dando um

caráter vazio de conteúdo sócio histórico, ético-político e técnico-interventivo.

Tal cultura não estaria imune à influência da estética nas perspectivas pós-modernas (no decorrer de seu desenvolvimento sócio-histórico) e das mudanças significativas na apropriação dos modos de vida, e de que essa viesse a incorporar características singulares que dessem um novo significado às suas expressões artísticas, imprimindo-a agora de maneira descontextualizada no tempo e infinita em sua subjetivação interpretativa, distanciando-se de princípios morais abarcados pela ética.

Diante disso, Harvey ⁴⁰ constatou que estávamos passando por um tempo em que estava claro que ‘o triunfo da estética sobre a ética não podia ser mais evidente’.

O conservadorismo é uma ideologia emergente da crise do capital, que se alimenta da ideia de que a única alternativa para a manutenção do capitalismo é sua conservação tanto na esfera intelectual quanto institucional, cuja mesma tem uma posição basilar no que se refere às contradições do Serviço Social, resultando em entraves no exercício

profissional e no processo de amadurecimento da dimensão da produção do conhecimento.

O interessante é que só recentemente, entre os anos 1990 e 2000, têm-se percebido duas tendências de estudos que estão dando suporte à formação de uma massa crítica no interior do Serviço Social, são elas: estudos que abordam o ‘neoconservadorismo pós-moderno’, e também, os que priorizam o conservadorismo clássico, que floresce como discurso antirrevolucionário no período da revolução francesa, permitindo uma ampliação do debate acerca dessas temáticas.⁴¹

O Crédito de Carbono ou Redução Certificada de Emissões (RCE) são certificados emitidos para uma pessoa ou empresa que reduziu a sua emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE), proporcionando isenções fiscais. Historicamente, a humanidade tem optado em apostar em ações resolutivas imediatas e de curto prazo no âmbito da governança ambiental global, as quais apenas amenizam a problemática socioambiental.

Como exemplo disso, temos a economia verde de baixo carbono para redução da emissão dos Gases do Efeito Estufa.

Todavia, tal comportamento não consegue resolver efetiva e eficazmente a questão da poluição e revela, desde as propostas lançadas na Rio+20, a sua obsolescência, gerando bloqueios à governança ambiental. Com isso, dá-se margem para a implementação de modelos conservadores (Estados Unidos e China) e soberanistas (União Europeia), estes alinhados ao sistema das Nações Unidas e das diretrizes do G-20 que, mesmo trabalhando em conjunto, tornam-se incapazes de dar respostas eficazes aos problemas socioambientais contemporâneos. O Brasil é diretamente afetado na medida em que aplica esse modelo de governança ambiental, de estímulo à economia verde de baixo carbono visando o desenvolvimento sustentável (relação produção-consumo), ao colocar em risco o estoque de carbono florestal brasileiro, considerado o maior do mundo.⁴²

Das crises de superacumulação catalisar a busca de soluções temporais e espaciais que criam, por sua vez, um sentido avassalador de compressão do tempo-espço, também podemos esperar que as crises de superacumulação sejam seguidas por fortes movimentos estéticos.

A experiência do tempo e do espaço se transformou, a confiança na associação entre juízos científicos e morais ruiu, a estética triunfou sobre a ética como foco primário de preocupação intelectual e social, as imagens dominaram as narrativas, a

efemeridade e a fragmentação assumiram precedência sobre verdades eternas e sobre a política unificada e as explicações deixaram o âmbito dos fundamentos materiais e político-econômicos e passaram para a consideração de práticas políticas e culturais autônomas.⁴³

É notório que não só na trajetória histórica da profissão, mas englobando as demandas dos projetos societários dos trabalhadores e demais, passamos principalmente pelas décadas de 1980 e 1990 em constante confronto, opondo-se às investidas das classes dominantes por intermédio de suas estratégias neoliberais, alimentado pelo estímulo de financeirização do capital.⁴⁴

A partir dos anos 2000, tem-se no campo econômico, pelo processo de desnacionalização dos bens públicos, a implementação da agenda pós-neoliberal.⁴⁵

Essa tendência se agravou com as alianças políticas realizadas entre a esquerda e a direita brasileira, afetando as bases do Estado democrático de políticas públicas e gerando uma desarticulação da sociedade civil e da categoria trabalho na luta por direitos sociais.⁴⁶

O neoconservadorismo, derivado de posturas pós-modernas que se constitui hoje em ferramenta de erosão do projeto profissional do Serviço Social na medida em que exalta suas concepções e intervenções estritamente práticas, pondo em xeque os ideais do referido projeto profissional.⁴⁷

Consequentemente, uma não reação à influência neoconservadora, apropriada pelo pensamento pós-moderno, e sua tendência resiliente na qual se apoia, pode ocasionar uma inflexão na direção sociopolítica da profissão, instaurando o retorno ao Serviço Social tradicional da década de 1930 no Brasil.

O pensamento pós-moderno é baseado em um traço marcante e estruturador, definindo-se pela sua necessidade de fragmentação, seja pelas classes sociais, movimentos sociais ou por qualquer organização da sociedade em prol de legitimação ética, moral ou identitária, o que deixa explícito que este se faz na máxima de que a verdade é que não existe verdade absoluta, permitindo-o explorar sem medida o campo da abstração, dando lugar e vez à interpretação de maneira singular do indivíduo em detrimento ao entendimento da coletividade.

48

Se considerarmos como hipótese central que essa máxima se expressa como o resultado do não

reconhecimento sócio-histórico das lutas coletivas travadas no campo dos projetos societários, então ela é a responsável primeira pela fragmentação da luta coletiva da classe trabalhadora, seja no passado, seja no presente e/ou das que possam vir a se constituir no futuro em seu sentido valorativo.

Portanto, podemos dizer que no campo ideológico ‘não há dúvidas de que o capitalismo contemporâneo, em sua fase destrutiva, atua com força brutal em seu projeto de contrarreforma’.⁴⁹

Existe na essência das teorias pós-modernas um elemento contraditório: o fato de considerar a não existência de verdades absolutas. Se o pensamento pós-moderno for ter como legítimo tal afirmação, é provável que este coloque em xeque seu legado e seja ofensivo tanto à natureza humana quanto a si, já que poderia ser facilmente desconstruído pelos mesmos que o criaram, já que tem se apoiado na premissa fundante da razão subjetiva.⁵⁰

O Pós-modernismo surgiu em meio a este clima de economia vodu, de construção e de exibição de imagens políticas e de uma nova forma de classe social. A existência de alguns vínculos entre essa eclosão pós-moderna, a construção de imagens de Ronald Reagan, a tentativa de desconstruir instituições tradicionais de poder da classe trabalhadora (os sindicatos e os partidos de

esquerda) e o mascaramento dos efeitos sociais da política econômica de privilégios deveria ser bastante evidente. Uma retórica que justifica a falta de moradias, o desemprego, o empobrecimento crescente, a perda de poder etc. apelando a valores supostamente tradicionais de autoconfiança e capacidade de empreender também vai saudar com a mesma liberdade a passagem da ética para a estética como sistema de valores dominante.⁵¹

Segundo Ternas,⁵² ‘com a ascendência do Espírito pós-moderno, a busca do Homem por um significado no Cosmo passou para um empreendimento hermenêutico com uma flutuação desorientadoramente livre: o ser humano pós-moderno existe num Universo cujo significado está ao mesmo tempo inteiramente em aberto e sem nenhuma fundamentação teórica.

Para Buci-Glucksmann,⁵³ não pode haver teoria da hegemonia sem teoria da crise da hegemonia (dita crise orgânica); não há análise da integração das classes subordinadas a determinada classe dominante, sem teoria dos modos de autonomização e de constituição de classes que permitem a uma classe antes subordinada tornar-se hegemônica; não há extensão do Estado sem redefinição de uma perspectiva estratégica nova: ‘a

guerra de posição', que permita a classe operária lutar por um novo Estado.

Não temos, na conjuntura atual, elementos concretos para concluir que existe uma crise de hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social, pois nas suas três esferas constitutivas não há indicativos para tal.

Do ponto de vista da produção do conhecimento, notamos que a predominância da teoria social crítica nas nossas produções permanece. É só olharmos, por exemplo, a biblioteca básica da Cortez, todos numa direção de afirmação do nosso projeto; se analisarmos, também, os materiais do curso do CFESS/ABEPSS e CEAD/UNB, percebemos que a direção social está mantida neste âmbito da produção de conhecimento. No âmbito dos nossos instrumentos normativos não identifico elementos para falar de crise de hegemonia. E na dimensão da organização política, penso, também, que mantemos, na multiplicidade das entidades representativas nacionais uma direção política de sustentação ao projeto profissional hegemônico.⁵⁴

Segundo Gruppi,⁵⁵ a hegemonia se expressa na capacidade de unificar por meio da ideologia e de manter unido um bloco social que não é homogêneo, sendo marcada por profundas contradições de classe.

Uma classe é considerada hegemônica, dirigente e dominante, na medida em que, por meio da ação política, ideológica e cultural mantém um grupo de forças heterogêneas e conseguindo impedir a divergência existente entre tais forças. Sem essa unidade hegemônica, pode provocar uma crise na ideologia dominante, que leva à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder.

O projeto profissional e ética profissional não são sinônimos, bem como não podemos reduzir a ética profissional ao código de ética, tratando-se de uma compreensão mais ampla de uma práxis que envolve valores, ações e instrumentos jurídicos que constituem um *ethos* (modo de ser) profissional. Podemos afirmar que temos a presença de duas perspectivas éticas no seio do Serviço Social que foram sendo construídas historicamente na profissão, as quais cremos estarem presentes até os dias atuais de uma ética tradicional/conservadora e uma ética de ruptura/emancipatória.⁵⁶

Para atribuir densidade histórica ao projeto profissional, é necessário identificar as forças sociais reais que polarizam os projetos societários no país aprofundar a leitura social na atualidade para estabelecer uma base realista, sem perder o encanto do sonho e da utopia, às nossas projeções profissionais e à sua viabilização.

Sem considerar essa dinâmica histórica, ao se falar em projetos societário e profissional pode-se cair na armadilha de um discurso que proclama valores radicalmente humanistas, mas não é capaz de elucidar as bases concretas de sua objetivação histórica.

Essa artimanha pode subverter a projetada intencionalidade progressista, correndo-se o risco de reforçar e atualizar uma dupla armadilha persistente na história do Serviço Social: de um lado, atualizar a clássica disjunção entre valores e conhecimento, que afirma a apreciação moral das injustiças, mas, no campo do conhecimento, não é capaz de desvendar os processos históricos. De outro lado, o risco de repor objetivos finalistas dissociados da dinâmica conjuntural e dos sujeitos que lhe dão sustentação histórica: a 'missão' nos primórdios do Serviço Social, a consigna da transformação social, tal como empregada no movimento de reconceituação do Serviço Social e reciclada como Serviço Social alternativo no contexto latino-americano da profissão.⁵⁷

O corpo profissional é uma unidade não hegemônica, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos profissionais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes.

Todo corpo profissional é um campo de tensões e de lutas. A afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprime divergências e contradições. Tal deve fazer-se mediante o debate, a discussão, a persuasão, enfim, pelo confronto de ideias que e não mecanismos coercitivos e excludentes.

Contudo, sempre existirão segmentos profissionais que proporão projetos alternativos; por consequência, mesmo um projeto hegemônico nunca será exclusivo.⁵⁸

É a partir do momento em que colocamos a hegemonia como uma prevalência, predominância dos interesses de uma maioria, que podemos entendê-la como expressão de um projeto de sociedade, quando este se destaca entre uma diversidade de propostas no processo de disputa de uma direção social, está alicerçada em determinado período histórico, como também, no âmbito do Serviço Social, este conceito se materializa claramente na multiplicidade de experiências de articulação.

Num exercício de sistematização, podemos identificar os elementos constitutivos do projeto ético-político do Serviço Social e os componentes que o

materializam no processo sócio-histórico da profissão. São eles:

a) o primeiro se relaciona com a explicitação de princípios e valores ético-políticos;

b) o segundo se refere à matriz teórico-metodológica em que se ancora;

c) o terceiro emana da crítica radical à ordem social vigente, a da sociedade do capital, que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas;

d) o quarto se manifesta nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira.⁶⁰

Para tanto, é necessário e salutar, ao falar da natureza de ambos os projetos e de sua maneira de facilmente ser influenciado, modificado e transformado, que este não fique somente no campo da palavra e da idealização, mas sim, seja materializado no campo da 'coragem que precisa ser lapidada todos os dias'.⁶¹

É necessário 'tornar esse projeto um guia efetivo para o exercício profissional e consolidá-lo por meio de sua implementação efetiva, ainda que na contramão da maré neoliberal, a partir de suas próprias contradições e das forças políticas que possam somar na direção por ele apontada'. Para Tanto, é necessário articular as dimensões organizativas acadêmicas e legais que lhe atribuem sustentação com a realidade do trabalho cotidiano'.⁶²

O processo histórico mostra a atuação organizada e coletiva dos assistentes sociais, associados à luta mais geral dos trabalhadores e orientada por um projeto profissional e societário claro, preciso, consistente, fundamentado teórica e politicamente, já propiciou importantes conquistas e solidificou fortes resistências ao desmonte da Seguridade Social.

Ainda que estas não tenham sido capazes de alterar significativamente a estrutura de desigualdades sociais, inegavelmente contribuíram no processo de construção dos direitos sociais brasileiros.⁶³

É justamente o orçamento público que garante que a ação do Estado seja executada realmente e de forma planejada. Desde a década de 1980, que a

execução das políticas públicas setoriais é realizada pelo fundo público, dando sustentação econômica e operacional na viabilização destas.

No caso brasileiro, temos o fundo público da seguridade social, no qual atualmente vem sendo disputado pelo capitalismo financeiro globalizado, objetivando a manutenção dos interesses da classe burguesa, desvirtuando sua natureza destinada ao atendimento dos interesses da sociedade em geral e enfraquecendo as ações do Estado e das políticas públicas.⁶⁴

Os avanços legislativos no campo dos direitos sociais e da participação popular na sua formulação e fiscalização, foram fortemente atacados, a partir dos anos 1990, pelo ideário neoliberal em ascensão, que passa a também investir na participação da sociedade civil, mas não na direção do controle social na gestão e implementação das políticas sociais, mas na direção de transferir a ela o papel de agente do bem-estar social. Sociedade civil é transformada num suposto 'terceiro setor' situado para além do Estado (tido como o reino da ineficiência) e do mercado (tido como a esfera que visa o lucro), cabendo a sociedade civil (transmutada em terceiro setor) desenvolver suas ações com base na lógica da solidariedade, da filantropia, do voluntariado. Há aqui um esforço ideológico de despolitização da sociedade civil, concebendo-a como reino da a-política, do

aclassismo, deslocando suas lutas para o campo ético-moralizante.⁶⁵

Com a descaracterização do conceito de universalidade de acesso às políticas públicas por meio do recorte de classe social, ou seja, para os mais vulneráveis ou os bolsões de extrema pobreza, denominada de focalização,⁶⁶ no caráter das políticas públicas, com a privatização a partir dos processos de refilantropização e terceirização das políticas públicas a todo vapor, junto à descentralização, esta não no sentido de compartilhamento do poder decisório do Estado, mas sim, pela mera transferência de responsabilidade do Estado para entes da federação ou organizações sociais fora do corpo estatal.⁶⁷

No processo de desmonte e fragmentação das políticas públicas que formam o sistema de seguridade social brasileiro, as seguintes relações que podem trazer entraves para a construção da identidade dos sujeitos de direito na contemporaneidade: I) de solidariedade e voluntarismo de pegada cristã; II) da tríade privatização/focalização/seletividade, rumo ao desespero e desamparo social (daqueles que, mesmo necessitando delas por determinada limitação, não conseguem acessá-las); e III) da desresponsabilização do Estado por seu dever na

efetivação dos direitos sociais e na ampliação da concentração de renda das classes dominantes.⁶⁸

O Estado brasileiro ao mesmo tempo em que se utiliza do fundo público para legitimar interesses do capital financeiro, usa uma pequena parcela deste para desenvolver programas sociais que garantem claramente a inclusão do cidadão na cadeia de consumo.⁶⁹

Há uma necessidade da apropriação do aparelho estatal por parte da classe trabalhadora em geral, no sentido de reordenar os recursos públicos de maneira que estes, por hora, não sejam trabalhados de forma estritamente técnica, mas sim, como uma ferramenta de planejamento e ético-política tanto para subsidiar as negociações para manutenção e implementação de novos direitos sociais quanto estratégia de transição para outro modelo de sociedade.⁷⁰

Uma Seguridade Social montada estrategicamente em defesa de uma democracia popular no Brasil, por intermédio de movimentos sociais, luta geral dos trabalhadores e da sociedade em geral, pode e deve construir bases justas e equitativas, vistas não como horizonte final, mas como uma alternativa transitória de padrões sociais e de garantia de direitos na sociedade capitalista,

buscando ultrapassar o suprimento apenas de necessidades básicas e de sobrevivência humana.⁷¹

Entender que a relação entre os princípios, valores e as ações para sua realização dependem da compreensão das dimensões e do significado do Projeto Ético-Político; da disposição teórica e ideológica de assumi-lo; da identificação das condições objetivas e subjetivas predominantes em cada contexto histórico; e da construção de alianças estratégicas com outros profissionais, usuários e trabalhadores que têm como projeto uma sociedade justa, igualitária e capaz de autodeterminar seu futuro.⁷²

O processo de construção e consolidação da cidadania no Brasil, elemento base para impulsionar os projetos societários, não se deu nos moldes tradicionais, como no caso da Revolução Francesa, mas ‘voltando os olhos para as atividades e a significação histórica da Comuna de Paris de 1871’ que, diante da indignação da classe burguesa, sendo esta constituída pela sociedade civil, buscou a ampliação dos seus direitos na época.⁷³

Há fortíssimas indicações de que, mesmo dando-se por suposto que a hegemonia do projeto ético-político não se encontra em causa, atrofia-se o labor do histórico analítico que tem por objeto o processo de constituição e, parcialmente, do

desenvolvimento do nosso Serviço Social, labor que, reitere-se, está entre os fundamentos do projeto.

Uma tal atrofia afeta significativamente a incidência da pesquisa histórica no direcionamento social da profissão e pode sinalizar uma inflexão na direção social que se considera hegemônica. Penso que essa atrofia não pode ser divorciada da emergência de vetores ideopolíticos e teóricos metodológicos que, sobretudo indiretamente, põem em questão a substancialidade do projeto ético-político.⁷⁴

O desempenho, aumentando a capacidade de administrar a prova, aumenta a de ter razão, as chances de que uma ordem seja considerada como justa aumentariam com as chances dela ser executada, e estas com o desempenho do prescritor.

O ‘controle do contexto’, isto é, a melhoria das performances realizadas contra os parceiros que constituem este último (seja a natureza ou os homens) poderia valer como uma espécie de legitimação. Seria uma legitimação pelo fato.⁷⁵

No bojo dessa disseminação dos jogos de linguagem parece que encontramos um certo tipo de dissolução do sujeito social, já que o vínculo social é

fortemente de linguagem, e assistimos a uma multiplicação de jogos de linguagem que obedecem a regras de diferentes contextos.⁷⁶

Apesar do vínculo social ser linguístico, não é tecido por um fio único, mas por um número indeterminado de jogos de linguagens. Cada um de nós vive na intersecção de muitos desses jogos de linguagem, sem a preocupação de estabelecer relações linguísticas estáveis.⁷⁷

Como o discurso de verdade, o consenso, enquanto critério de validação, também é insuficiente, pois ele é nada mais que 'um horizonte, jamais poderá ser atingido'.⁷⁸

Como o saber não é só o momento do consenso, mas o do dissenso, do paralogismo, faz-se necessário, para o pós-moderno, reconhecer o 'heteromorfismo contra um isomorfismo globalizante que, no plano concreto, pode ser traduzido em violência ou totalitarismo'.⁷⁹

O consenso sobre as regras que definem cada jogo de linguagem. Esse consenso é, portanto, local, instantâneo e efêmero, sempre sujeito a eventuais anulações: são 'contratos temporários' entre os

indivíduos, favorecidos pelo sistema por causa de seu menor custo e por sua operatividade.

Essa concepção contratualista tem como única meta a assunção pelos indivíduos das responsabilidades sobre as regras dos jogos de linguagem e de seus efeitos, e com isso, o reconhecimento de sua parcialidade e instabilidade. Portanto, em oposição a Habermas: ‘o consenso é um estado de permanentes discussões, não o seu fim’. ⁸⁰

Todos os signos se trocam doravante entre si sem nenhuma troca com o real (e eles só se trocam entre si sob a condição de não mais se trocarem com o real). Emancipação do signo: liberado dessa obrigação ‘arcaica’ de ter que designar alguma coisa, ele se torna enfim livre para um jogo estrutural, ou combinatório, de acordo com uma indiferença e uma indeterminação totais que sucedem à regra anterior de equivalência determinada. ⁸¹

A massa absorve toda energia do social, mas não a refrata mais, absorve todos os signos e todos os sentidos, mas não os repercute. Absorve todas as mensagens e as digere. Ela dá a todas as questões que lhe são postas uma resposta tautológica e circular.

Todo mundo a interroga, mas nunca enquanto silêncio, sempre para fazê-la falar. Ora, a força de inércia da massa é insondável: literalmente nenhuma sondagem a fará aparecer, pois ela existe para eclipsá-la.⁸²

Tanto na lógica dos signos como na dos símbolos, os objetos deixam totalmente de estar em conexão com qualquer função ou necessidade definida, precisamente porque respondem a outra coisa diferente, seja ela a lógica social, seja a lógica do desejo, as quais servem de campo móvel e inconsciente de significação.⁸³

A mídia e os meios de comunicação não apenas reproduzem ou comunicam o real: eles realmente o constroem autonomamente. O mundo da simulação faz com que o ilusório, a cópia, a comunicação, não apenas imitem o real, eles tornam-se o real: 'os simulacros são cópias que não têm originais ou de originais que foram perdidos.'⁸⁴

Esse sistema requer constante perturbação, distúrbio, agitação, precisa ser permanentemente empurrado e pressionado para manter a própria elasticidade e capacidade de recuperação.⁸⁵

O pós-moderno é um movimento intelectual composto, em sua grande maioria, de remanescentes

da esquerda política. Os movimentos políticos parisienses do 'maio de 68' e a influência do existencialismo e do estruturalismo nestes grupos criaram uma geração desiludida com sua própria concepção de mundo.⁸⁶

Como denúncia desta situação atual, podemos apontar o nascimento de radicalismos políticos e religiosos que, se visto com mais cautela (como o fizeram Castells e Agnes Heller), aparecem como reações extremas a esse vazio 'pós-histórico'.

Nas palavras de Heller, 'o novo fundamentalismo é a voz da má consciência da condição pós-moderna, flagelando-se por sua excessiva tolerância com o relativismo'.⁸⁷

Por volta do ano de 1807, Hegel estava convencido de que a História chegara ao fim com Napoleão e com ele próprio. Profecias desta natureza situam-se no interior de todas as doutrinas milenares, de todos os messianismos políticos, sociais e religiosos.⁸⁸

As Instituições são sistemas normativos, para os quais a primeira aprendizagem não pode iniciar em definitivo.⁸⁹

O processo político-social evolutivo conheceu a sua descontinuidade porque os modos de vida produzidos pela sociedade moderna desvencilharam-se de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes, pois, as mudanças ocorridas durante os últimos três séculos, um diminuto período de tempo histórico e das relações internacionais, foram tão dramáticas e tão impactantes que não têm precedentes, de nosso conhecimento, a fim de interpretá-las.⁹⁰

Tudo comunica, tudo está em relação, tudo permite a compreensão, mas, ao mesmo tempo, aumenta a incompreensão. Tudo é solidário, mas ao mesmo tempo, tudo é conflitual. Os meios técnicos que permitiram unificar o planeta são ao mesmo tempo os que arrastam consigo as guerras e a possibilidade da sua destruição. Esta nova barbárie técnica alia-se a todas as barbáries antigas.⁹¹

Faltam os quadros conceptuais para se construir uma nova política e sociologia de um espaço cada vez mais sem fronteiras, pelo facto dos conceitos provenientes da 'primeira modernidade' não convergirem aos desafios presentes.⁹²

A complexidade das variações económicas, sociais e políticas impõem uma redefinição da própria

teoria, acima de tudo quando essa teoria tenciona ser também um instrumento de ação política e social.

A própria problemática metodológica de estudo tem que sofrer modificações para dar conta do objeto que pretende estudar. Só quando se estuda um novo problema com o auxílio de um método novo e se descobrem verdades que nos abrem novos horizontes, é que se inicia uma contribuição para a ciência.⁹³

A verdade de facto é sempre relativa a várias pessoas, pois diz respeito a acontecimentos e circunstâncias nos quais muitos estão implicados.⁹⁴

A fragmentação da sociedade moderna é resultado do índice de não reconhecimento da falência das Instituições. Há um fosso cada vez maior entre as dinâmicas políticas e sociais e o Estado agravando-se as contradições a ponto de criar maior problema na 'ordem internacional'.

Existem duas perspectivas sobre o conceito de ordem internacional, a empírica e a normativa. Na perspectiva empírica ou hierárquica, que tem por base a teoria realista, a ordem internacional significa a distribuição de poder que num determinado tempo

e espaço compõem a estrutura do sistema internacional.

Nesse sentido, existe uma ordem internacional que reflete a hierarquia de poder dos diferentes polos de poder do sistema internacional, nomeadamente, dos Estados mais poderosos que ao longo da história se vai modificando. Assim, podemos falar de uma ordem pós-Primeira Guerra Mundial, ou de uma ordem pós-Segunda Guerra Mundial, ou de uma ordem tendencialmente bipolar como foi a da guerra fria.

Podemos afirmar que a velha ordem bipolar da guerra fria acabou e que estamos, presentemente, numa nova ordem internacional pós-guerra fria. Na perspectiva normativa, que tem por base as teorias liberais pluralistas, a ordem internacional significa a possibilidade de uma melhor e mais organizada ordem internacional.

A ordem internacional relaciona-se com a justiça, com a regulação internacional através do Direito Internacional e, fundamentalmente, com a assunção da validade e universalidade dos valores da democracia e dos direitos humanos. Nesse sentido, atualmente, estaríamos em condições de instaurar uma nova ordem internacional mais justa e mais